



**Centro de Humanidades
Campus de Guarabira
Coordenação do Curso de Pedagogia**

JACKELINE SANTOS OLIVEIRA DE SOUZA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Guarabira- PB
Novembro/2011

JACKELINE SANTOS OLIVEIRA DE SOUZA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

Guarabira- PB
Novembro2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S719f

Souza, Jackeline Santos Oliveira

A formação dos professores do ensino fundamental no município de Guarabira e aplicação da lei 10.639/03 / Jacqueline Santos Oliveira Souza. – Guarabira: UEPB, 2011.

20f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas”.

1. Formação de Professores 2. Afrodescendente
3. Lei 10.639/03 I. Título

22.ed. 371.12

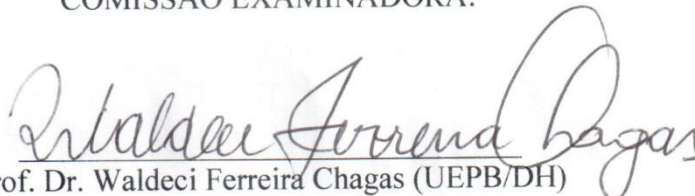
JACKELINE SANTOS OLIVEIRA DE SOUZA

**A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03**

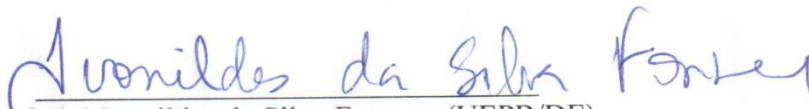
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

Aprovada em 29 de novembro de 2011.

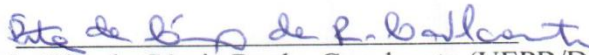
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH)
Orientador



Prof. Dr. Ivonildes da Silva Fonseca (UEPB/DE)
Examinadora



Prof. Ms. Rita de Cássia Rocha Cavalcante (UEPB/DE)
Examinadora

GUARABIRA- PB
2011

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA E A APLICAÇÃO DA LEI 10.639

Jackeline Santos Oliveira de Souza¹

RESUMO

Atualmente no Brasil nos deparamos com situações inaceitáveis de desigualdade racial, a qual é geradora de fortes críticas, porém essa realidade não é um tema apenas do presente, mas, provém de anos anteriores. A educação nesse contexto passa a ser um dos âmbitos onde o preconceito é mascarado; para alguns é usado como forma de alienação, para outros é condutor de fortes críticas, esta por sua vez vem acarretar mobilizações para modificar essa realidade que se faz tão presente em nossas escolas e no nosso meio. Diante disso, fez-se necessário a promoção de ações afirmativas. Neste artigo enfatizamos a lei 10.639/03 que dispõe sobre a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, através do qual se busca o reconhecimento e valorização dos povos africanos e seus descendentes. Discutir sobre a educação dos afrodescendentes, sobretudo, como a escola trata esta questão é o nosso principal objetivo. Para isso foi realizada uma pesquisa de campo, na qual utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados aplicada a quatro professores de uma escola pública do município de Guarabira, e bibliográfica, baseadas em autores como Florestan Fernandes (1978), Nina Rodrigues (1977), Libâneo (1994), Silva (2010), entre outros. Até pouco tempo, esse não era um tema em discussão nas escolas e muitos professores dizem não estarem aptos para abordá-lo nas salas de aula. Como consequência, persistem o preconceito, discriminação e exclusão social na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Afro descendentes. Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo discutir sobre a educação dos afrodescendentes, sobretudo, como a escola trata esta questão. Discutiremos tal questão a partir da prática pedagógica dos professores da rede pública de ensino do município de Guarabira e nos atemos a analisar a aplicação da lei 10.639/03, que obriga as escolas a implementarem em seu currículo os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. É importante registrar que em março de 2008 foi sancionada a Lei 11.645/08 que contempla também as populações indígenas. Sendo assim, é importante registrar que centraremos a pesquisa com base no que institui a Lei 10.639/03.

Para tanto, realizamos a pesquisa na Escola Antônio Gomes², localizada na zona rural do município de Guarabira. A escola é composta por 16 funcionários, entre os quais 11 são professores e 205 alunos matriculados da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental. O foco desta pesquisa são os professores de História, Língua Portuguesa, Ensino

¹ Graduanda em Pedagogia pela UEPB – Campus de Guarabira – jacke-santos2009@hotmail.com

² Nome fictício

Religioso e Artes, todos com atuação no ensino fundamental. Escolhemos tais disciplinas pelo fato delas estarem em destaque no texto da lei 10.639/03. Para realização deste trabalho realizamos uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento para coleta de dados, um questionário, aplicado aos (as) professores (as) das disciplinas anteriormente citadas, e a pesquisa bibliográfica baseada em autores como Florestan Fernandes (1978), Nina Rodrigues (1977), Libâneo (1994), Silva (2010), entre outros. Também recorreremos às observações das aulas e encontros pedagógicos realizados no decorrer do ano letivo.

A escola escolhida está situada em uma localidade rural, onde a maioria de sua população não se identifica com a cultura afro descendente. Descobrir o motivo pelo qual a população desta localidade não se identifica com a cultura afro descendente foi uma das principais razões da pesquisa. Será que a população não se identifica com a cultura afro descendente por sentirem vergonha da cor negra? Será que a escola situada nesta localidade desenvolve estudos e ações de valorização da história e cultura desses sujeitos? Os (as) professores (as) da escola em estudo possuem conhecimento acerca da história e cultura afro-brasileira e africana, e fazem a aplicação na sala de aula?

As hipóteses lançadas estão baseadas na formação do (a) professor (a), acreditamos ser ele o transmissor do conhecimento e um dos principais agentes na desmistificação da questão racial. Quando este detém o conhecimento necessário, há então a possibilidade de ampliação dos olhares dos sujeitos que estão ao seu redor, caso contrário, estes sujeitos ficam a mercê do conhecimento e reproduzem o preconceito que está intrínseco no meio social. Diante disso supõe-se que:

1. Os professores da rede pública no município de Guarabira, em sua maioria não detêm o conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, por não terem participado de cursos de formação em serviço nesta área de estudo nos últimos três anos.

2. Os professores da rede pública no município de Guarabira, em sua maioria não detêm o conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, pelo fato dos cursos de licenciatura plena não abrangerem em seus currículos áreas de aprofundamento nesta área de estudo. Apesar do curso de pedagogia contemplar em seu currículo disciplinas obrigatórias e eletivas livres, como Educação de Afrodescendentes, Educação e Multiculturalismo e Educação das Relações Etnicorraciais.

A desigualdade social e racial é um dos problemas atuais a ser enfrentado pela sociedade. A cada dia os ricos que compõe parcela mínima da população ficam cada vez mais ricos, enquanto os pobres que são maiorias ficam cada vez mais pobres. Quando pensamos a parcela de pobres constituída em sua maioria por negros a situação tomagravidade

imensurável. Diante das discussões em torno do racismo e da desigualdade social que atinge principalmente o afro descendente Ribeiro(2005, p. A3) afirma que:

O resultado prático da estreita relação entre racismo e desigualdade social só não salta aos olhos daqueles que não querem enxergar o problema. Dos brasileiros pobres, 65% são negros. Entre os indigentes, o número é ainda maior: 70%. Do total da população negra brasileira, metade vive abaixo da linha da pobreza, enquanto que entre os brancos, esse número cai para 25%. Essa é uma face do panorama da discriminação que nos revela o atlas racial brasileiro 2004 (...).

Diante desta realidade de desigualdade que são requisitos de um passado marcado por exploração do trabalho, dor e uma taxa de analfabetismos muito alta, é preciso discutir a qualidade da educação oferecida aos afros descendentes no Brasil, não só nas escolas, mas também nas universidades. É preciso também avaliar que tipo de professor está sendo formado e se eles detêm ou não o conhecimento necessário para desenvolver o senso crítico dos alunos, conduzindo-o a construção da identidade etnicorracial. Deixando assim de lado a construção histórica eurocêntrica, que perpassa a sociedade ao longo do tempo como verdade absoluta.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DOS AFROS DESCENDENTES

Durante o século XVI, os negros foram trazidos da África para o Brasil na condição de escravizados, pois os indígenas que antes tinham essa finalidade já não mais conseguiam dar conta de todo o trabalho. Os negros trazidos da África eram em sua maioria homens, mas poderíamos encontrar mulheres e crianças. O sofrimento destes inicia-se desde sua vinda. Eles eram trazidos em navios de forma subumana, muitos deles não resistiam e morriam antes de chegar ao Brasil.

O período de escravidão no Brasil foi marcado por muito sofrimento e opressão. A casa grande do senhor estava sempre localizada em ponto alto e estratégico, para que o senhor tivesse a possibilidade de observar todos os seus escravos, que trabalhavam o dia inteiro, alguns nas lavouras e no engenho e outros na cozinha da casa grande cuidando da comida e limpeza da casa.

Após longo período de escravatura algumas leis foram elaboradas para libertar os negros escravizados, podemos citar a lei do ventre livre, a lei Euzébio de Queiros e a lei do Sexagenário. O conjunto de todas essas leis e as diversas formas de lutas pela liberdade por

parte dos escravizados conduziu a promulgação da Lei Áurea que determinou a libertação de toda população escravizada.

A liberdade foi concebida, porém não foi oferecido nenhum tipo de assistência para integração dos negros antes escravizados a sociedade de classe. Ao analisarmos o contexto de analfabetismo que eles viviam, podemos constatar que tinham poucas expectativas de trabalho fora dos engenhos, e a cidade muito pouco ou nada tinha para oferecê-los. Entretanto tantos outros condicionantes de repressão e dominação acredita-se que este é um dos fatores que contribuiu para a marginalização de muitos negros e a precariedade no modo de viver de alguns; de forma que para estes eram oferecidos como vínculo empregatício apenas o empregado doméstico para as mulheres, e carpinteiro, agricultor e outros de mesmo cunho para os homens, visto que tanto homens, quanto mulheres escravizadas não estavam preparados e não houve dispositivos legais para o acompanhamento de sua integração na sociedade brasileira. (FERNANDES, 1978; ANDREWS, 1998).

O preconceito de inferioridade do negro esteve e está até hoje presente na mente de muitos brasileiros. NinaRodrigues (1977) afirma em seus relatos que “a raça negra no Brasil haveria de se constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (NINA RODRIGUES, 1977, p.28). Diante disso acreditamos ser inadmissível que permaneça tal pensamento discriminatório numa sociedade humanamente constituída.

A escravidão no Brasil possui especificidades que terminam por condicionar e especificar também a população negra brasileira nos dias de hoje. Ser negro no Brasil constitui uma complexa diversidade. Somos negros: pretos, pardos, mestiços, indígenas etc.; alguns de nós conseguimos ascender socialmente, a maioria permanece nas camadas populares; alguns de nós se auto identificam como negros, uma grande parcela é identificada, mas não nomeada. Os que possuem maiores características negróides (cabelo crespo, pele escura) estão mais expostos ao preconceito e à discriminação étnico/racial. Os que possuem a pele mais clara experimentam maiores dificuldades para perceberem seu pertencimento. E por esse emaranhado de fios se tecem as redes que têm fundamentado o racismo no Brasil (SILVA, 2010, p.258).

A imagem do negro escravizado e seu histórico de sofrimento, sem grandes progressos, de acordo com o que observamos na pesquisa, é o recorte que os (as) professores (as) transmitem aos (as) alunos (as). Uma visão negativa do negro. O trabalho com a história e cultura dos afro-descendentes na maioria das vezes ocorre apenas em dias restritos na escola, como exemplo podemos citar o dia em que é comemorada a abolição da escravatura em 13 de maio e o dia da consciência negra em 20 de novembro, outra data que observamos a presença

do negro no espaço escolar é o dia do folclore em 22 de agosto, mas podemos afirmar que não há criticidade na transmissão do conteúdo.

A EDUCAÇÃO OFERECIDA AO AFRO DESCENDENTE NO BRASIL

O afro descendente desde o início de sua história passou por todo um processo de analfabetismo e exclusão social. Após a abolição da escravatura eles tornam-se cada vez mais excluídos, pois estavam inseridos numa sociedade elitista que visava uma educação voltada ao poder e utilizavam-na como um status social.

A inserção do negro neste contexto social e educacional criou barreiras que podem ser observadas até nos dias atuais, onde a maioria de analfabetos buscava liberdade que de forma oculta lhe era negada, pois na medida em que ganhavam a carta de alforria continuavam presos ao regime excludente que o afastava da sociedade. Alguns negros que trabalhavam no comércio ao longo do tempo aprenderam noções básicas de leitura e escrita de números. As crianças estavam mais propícias a aprender a ler e escrever, no entanto, muitas delas não tiveram essa oportunidade.

A constituição de 1988 em seu artigo 205 assegura que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Apesar da determinação da lei o número de afros descendentes que acessam e conclui a educação básica ainda é menor em relação aos brancos. Existe uma grande distorção na educação brasileira, um pequeno número de brancos detém a maior parte das riquezas do nosso país estão nas melhores escolas, as quais oferecem educação mais adequada à formação de cidadãos capazes de ocupar espaços na sociedade. Enquanto os negros que compõem a maioria da população estão à margem da educação formadora de cidadania e qualificação, muitos deles estão em escolas da rede pública de ensino que por vezes encontram-se deterioradas e com a infraestrutura precária.

Percebe-se então que no campo da educação a relação entre a população negra e a branca é oposta. Para os brancos a trajetória educacional os leva a um endereço quase certo: a educação superior, devido às oportunidades oferecidas a estes no ensino fundamental e médio. Para as crianças e os jovens negros, na maioria das vezes, oriundos de escolas públicas, o destino é diferente: eles são afastados do trajeto de êxito; neste sentido a escola pode ser uma condicionante da criança negra ao fracasso, à submissão e ao medo.

Diante disso, podemos dizer que a experiência educacional brasileira pode estar servindo como elemento de legitimação da superioridade de uns em relação a outros, concretizando assim discriminação posta numa sociedade diversificada. No entanto, é sabido que tal fato não deveria ocorrer, pois o que assegura a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º é que “um dos objetivos fundamentais da República é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Apesar de a Lei assegurar que não haverá nenhuma forma de discriminação, a escola como afirma Bernardino e Galdino (2004) “segue excluindo, mais hoje ela o faz como uma exclusão branda, contínua, despercebida; não é admissível que aceitemos tal situação”.

A PROMOÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E A LEI 10.639/03

De acordo com Gomes, as ações afirmativas podem ser definidas:

(...) Como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade do acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p.27).

As ações afirmativas vêm garantir direitos pertencentes àqueles que se sintam discriminados; ela visa à reparação dos danos causados no passado principalmente no que diz respeito ao afro descendente. O conceito de ações afirmativas abarca um campo mais amplo do que simplesmente a política de cotas nas universidades, como é compreendido por alguns grupos da sociedade brasileira.

Não obstante, as propostas de ações afirmativas têm encontrado dificuldades quanto à aceitação social, pois a sociedade brasileira foi educada a acomodar-se com a imposição do dominador sobre o dominado, por isso costuma-se criticar tais ações de modo que esta precise de uma reavaliação frente à sociedade em que nos encontramos. Entretanto é preciso que ocorra o estudo da história do afro descendente mais aprofundado, esclarecendo a sociedade, a validade dessas ações na perspectiva de mudança, onde o afro descendente deixe de ser o desvalido, analfabeto, excluído, legado à margem da sociedade e passe a ocupar seu espaço merecido como pleno cidadão na sociedade brasileira, o meio onde nasceu, vive e faz parte de uma forma integral.

Foi neste sentido que a lei 10.639/03 foi elaborada e busca sua concretude no espaço escolar, na perspectiva de garantir os direitos humanos dos povos negros, através do autoconhecimento e da valorização de sua cultura. É importante que a lei seja entendida como uma política de ações afirmativas, na busca do enfrentamento ao racismo e as exclusões.

CURRÍCULO ESCOLAR E AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS

As diretrizes curriculares para a educação das relações etnicorraciais tem por objetivo a divulgação de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade etnicorracial, garantindo a todos, respeito aos direitos legais e a valorização de sua identidade.

Como sabemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a lei 10.639/03, as quais focalizam o estudo dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, não respondem todas as ações necessárias para promover a igualdade etnicorracial na sociedade e na escola em particular, uma vez que, mudar o imaginário sobre a África incide diretamente em transformações no imaginário social sobre a população negra no Brasil. Os negros são vistos com desconfiança pela sociedade, são considerados ingênuos, frágeis, necessitados de auxílio, isso quando não são vistos como dóceis e obedientes. Porém, aqueles que adotam uma postura política e lutam por seus direitos são considerados rebeldes, violentos, marginais, são uma ameaça à ordem social sendo constantemente reprimidos e sujeitos à detenção.

O reflexo desta imagem traçada socialmente no Brasil causa imensuráveis efeitos no ambiente escolar de modo que o currículo escolar se configura através de práticas cotidianas que por vezes negam o direito de alguns em detrimento de outros.

Quando aplicado o questionário foi perguntado aos professores (as) seu sexo, era um total de quatro professores, tivemos como resposta: três professores do sexo feminino e um do sexo masculino. Em relação à cor que se identificava, uma professora respondeu parda, dois professores responderam brancos e a outra respondeu que negra.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS)

A formação de professores (as) é um desafio que está ganhando proporção nos dias atuais; desafio este tanto para educadores (as) quanto para os políticos, pois há a revelação da

necessidade de profissionais capacitados para a tarefa social do educar de modo atuante e comprometido nos âmbitos da educação; no qual estes se tornam agentes sociais e multiplicadores de saberes nos espaços educativos.

A partir de meados do século XX, a sociedade passou a exigir especificidades, tanto nos níveis educativo e cultural, como no socioprofissional e econômico, tendo em vista, a educação e a formação como meio de satisfação dos mesmos e que precisam de mudanças. Para que estas mudanças ocorram, aumentam-se as exigências em relação aos seus cumprimentos.

Em relação à formação de professores no ano de 1994, o MEC expressou no documento *Por uma política de formação do profissional de educação infantil* num discurso oficial da época a seguinte afirmação:

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados em educação, qualquer que seja a modalidade. No caso da criança menor (...) a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade do atendimento (MEC/SEF/DPE/Coedi, 1994, p.11).

Ainda sobre a formação de professores é expresso que:

Tem que ser mantida uma conexão entre a formação inicialmente recebida nas instituições de ensino e a que se dá em continuidade, ao longo da vida profissional. Isto, porque aquela oferece importantes referências, a partir das quais os/as professores/as vão construindo a ação pedagógica, ao questionar, superar, recriar as referências primeiras (GOMES e SILVA, 2006, p.15).

As discussões que permeiam o contexto atual caracterizam a formação dos (as) professores (as) como indispensável e primordial. Tendo em vista a qualificação destes e a melhoria na qualidade da educação oferecida em nosso país. Para que esta formação ocorra há uma garantia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) considerando os institutos superiores como agentes formadores. Neste sentido a LDB 9.394/96 afirma: “Art. 63º Os institutos superiores de educação manterão: III – Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”.

Acreditamos serem as universidades ou demais instituições de ensino superior as responsáveis pela oferta da formação dos profissionais da educação. É nessa perspectiva que as universidades enquanto instituições de ensino, pesquisa e extensão, configuram-se como o *locus* de formação inicial ou básica do profissional de educação infantil, em processos que respeitem os tempos necessários à elaboração de conhecimentos que se constituam como articulações entre diferentes teorias e entre teoria e prática.

MANIFESTAÇÕES DE PRECONCEITO NO AMBIENTE ESCOLAR

Através da pesquisa pudemos constatar que a escola pode ser um espaço excludente, quando não amplia o olhar do seu alunado e não o conduz a reflexão das suas relações. Um repertório de impassibilidades e preconceitos configura o ambiente escolar e social a qual os alunos observados estão inseridos. A ausência da figura paterna e em alguns casos da figura materna, a negação de direitos, o preconceito da sociedade e a condição econômica destes são alguns dos fatores que determinam o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da maioria dos alunos negros observados.

A valorização dos sujeitos é um fator primordial no ambiente escolar, considerando que estes são diferentes e as salas de aula são heterogêneas. No entanto, a maioria dos (as) professores (as) nega ao aluno (a) o conhecimento de sua própria história, podemos notar que durante o ano letivo, breves momentos da história e cultura dos afro-descendentes eram ofertados ao (a) aluno (a), mesmo assim tão pouco, estes são conduzidos à reflexão. Quanto a essa questão Libâneo salienta que:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos (LIBÂNEO, 1994, p.250).

O registro, a seguir, expressa alguns exemplos dessa situação:

Houve planejamento pedagógico na escola, lá se encontravam seis professores, o gestor e a supervisora. Esta expôs ao grupo que a secretaria municipal de educação propunha que os professores junto à escola trabalhassem com os alunos o dia da consciência negra, no período de 16 a 25 de novembro. Surgiram então algumas indagações sobre a importância de tal ação. “- Não sei pra quê isso? eu acho que os negros estão discriminando eles mesmos, porque nós falarmos em sala de aula sobre o preconceito que o negro sofre e tiver algum negro na sala, aí é que os outros alunos vão zombar dele.” Expressou o gestor escolar. Cada um dos professores ali presentes pôde expressar sua opinião, elas se contrapunham, percebi que seria difícil chegar a um denominador comum (registro de observação, 03 de novembro de 2011).

Esta fala reflete um conhecimento difuso, superficial dos docentes sobre o assunto. Como é possível desenvolver o estudo da história e cultura afro-brasileira sem conhecê-la? O questionário aplicado aos (as) quatro professores (as) perguntava se os mesmos tinham

participado de cursos de formação em serviço nos últimos três anos que discutissem esse conteúdo, a maioria respondeu que não, apenas a professora de artes respondeu que sim. No entanto, a esta professora quando foi perguntado se já desenvolveu alguma ação que utilizou como foco a história e cultura afro-brasileira e africana. Em caso positivo, qual a metodologia utilizada, a resposta foi “infelizmente não”. Outra resposta negativa partiu do professor de Geografia. Quanto às professoras de História e Língua Portuguesa, a primeira respondeu que já trabalhou com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, através de projeto, texto informativo, exposição de trabalhos com personalidades que se destacaram ao longo da história; a segunda professora respondeu que trabalhou tal conteúdo, através de textos, debates e produções textuais.

Apesar da resposta negativa por parte de alguns constatamos que a secretaria de educação do município de Guarabira ofertou aos professores da rede pública de ensino breves momentos de discussão sobre os conteúdos de história e cultura afro-brasileira, a exemplo do primeiro encontro pedagógico realizado esse ano, ou seja, em 2011 e o seminário de inclusão realizado no mês de outubro do decorrente ano. No entanto, ocorreram alguns pontos negativos que favoreceram o não aproveitamento pleno do conteúdo; no encontro pedagógico, no qual estávamos presente, foram observados à falta de interesse dos (as) professores (as), os recursos tecnológicos utilizados não eram propícios e os fatores políticos de interesse de alguns que lá estavam fazendo oposição ao evento, o que desnordeou as discussões realizadas após a exposição do conteúdo. Este evento, apesar de ter sido ampliado o acesso a professores (as) de outros municípios, às escolas não poderiam inscrever todos os seus professores (as), apenas aqueles que tivessem alunos (as) com necessidades especiais em sua sala de aula, restringindo assim o acesso ao evento, deixando subentendido que foi dado ao mesmo o enfoque da inclusão apenas, da pessoa com deficiência.

Quando perguntados se concordavam que com o estudo da história e cultura afrobrasileira e africana nas salas de aula os alunos poderiam desmistificar o preconceito entorno dos negros e qual é a visão deles sobre a implementação da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Estes responderam: “Sim, pois amplia uma visão e abre um leque de conhecimento cultural da nossa história que foi abafado durante vários séculos. Na minha visão é mais uma forma de crescimento sócio cultural na formação educacional” (PROFESSORA DE ARTES). “Sim. Hoje a conscientização sobre a cultura afro-brasileira é muito importante para mostrar a todos a contribuição que os negros deram em vários aspectos culturais. Minha visão é positiva, acredito ser uma forma de valorizar uma cultura tão diversificada, que só vem engrandecer o currículo escolar” (PROFESSOR DE

GEOGRAFIA). “Sim, só que em longo prazo, pois esse preconceito vem perseguindo a nossa sociedade desde a época da escravidão. Acho ótimo, precisamos acabar com esse preconceito e lutarmos por uma sociedade mais humana e fraterna sem distinção de cor e raça” (PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA). “Concordo, pois o preconceito muitas vezes acontece pela falta de conhecimento, e com o estudo da história e cultura afro-brasileira, nossos alunos conhecerão cada vez mais a contribuição dos negros na economia do nosso país. Na minha visão é necessário preparar profissionais especificamente para lecionar nesta área” (PROFESSORA DE HISTÓRIA).

Esses relatos expressam como o professor muitas vezes está ou não disponível ao trabalho e as barreiras que estes encontram, elemento que está implícito na fala dos mesmos. A formação destes profissionais reflete em suas ações. Não é correto cobrar algo que não é oferecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a educação pública no Brasil passa por déficit na sua aplicação e concretização enquanto oferta de ensino, a população afro descendente é constituída na sua maioria por pobre. Ela é a que mais sofre com a precariedade, o racismo e exclusão social. Assim as ações afirmativas fazem parte do mecanismo de reparação histórica e considera-se necessária, pois o desenvolvimento humano exige boa educação.

Diante das discussões antes realizadas, podemos concluir que é preciso que ocorram melhorias na qualidade da educação ofertada aos afros descendentes, bem como a aplicação da lei 10.639/03, que esta seja efetiva e concreta. O espaço escolar precisa contemplar a história e cultura afro-brasileira e africana, visando com isso construir um ambiente propício ao desenvolvimento social, onde aqueles que lá estão possam compreender o outro como um ser de direitos e deveres que precisam ser respeitados. É neste sentido que os professores devem desenvolver estudos que conduzam o alunado ao conhecimento desta história e cultura.

Quanto às indagações realizadas no início do nosso trabalho. Será que a população não se identifica com a cultura afro descendente por sentirem vergonha da cor negra? Será que a escola situada nesta localidade desenvolve estudos e ações de valorização da história e cultura desses sujeitos? Os (as) professores (as) da escola em estudo possuem conhecimento acerca da história e cultura e africana, e fazem a aplicação na sala de aula? Foi constatado que a população desta localidade não tem conhecimento da cultura afro descendente, sendo este

um dos fatores que contribuem na reprodução de um pensamento eurocêntrico de inferioridade do negro, conduzindo-os a não identificação com esta cultura. Em relação aos professores (as) podemos constatar que estes não detêm o conhecimento específico sobre história e cultura afro-brasileira e africana e por isto desenvolvem ações restritas sobre os afro descendentes, não ampliando o conhecimento do seu alunado.

No entanto, acreditamos que é preciso haver parceria entre escolas, secretaria de educação do município e universidade, no intuito de promover cursos de formação em serviço para professores que atuam na rede. Esta é uma das formas de conduzir o (a) professor (a) a cumprir seu papel de construtor do conhecimento contribuindo assim na efetivação da lei e conduzindo não apenas os alunos da escola pesquisada, mas todas aquelas que estão inseridas no contexto escolar, considerando, pois, que os alunos transmitirão aofamiliar aquilo que aprenderam na escola, sendo assim a população desta localidade passará a refletir sobre suas ações e talvez o preconceito seja minimizado entre aqueles que tenham acesso ao conhecimento.

Portanto, é preciso considerar que uma pessoa negra quando vivencia desde a infância experiências afirmativa sobre a história e cultura do seu povo, pode desenvolver em si o sentimento de pertencimento a esta cultura, valorizando-a e conseqüentemente irá lutar por seus direitos sem recusa e sem medo.

ABSTRACT

Nowadays we generally face unacceptable situations of social inequality in Brazil, creating strong criticism, but this reality it's not just a current topic, coming from the last years. Education, in this context, becomes one of the scopes where prejudice is hidden; to some it is used like an alienation form, to others it's the target of strong criticism, but flak bring mobilizations to modify this reality, present in our schools and environment. Facing this, it was necessary promotion of affirmative actions; emphasize in our paper the law 10.639/03 that implement content of history and culture Afro-Brazilian in school curricula, through which look for recognition and valuation of African people and their descents. Discuss on the education of afro descendants, especially, as the school treats this question is our main goal. It was performed a field survey, in which we use the questionnaire as a data collection instrument applied to four teachers at a public school in the municipality of Guarabira, bibliographic and, based on authors such as Florestan Fernandes (born 1978), Nina Rodrigues (1977), Libâneo (1994), Silva (2010), among others. Until recently, this theme was not discussed in schools and many

teachers, currently, are not ready to approach them in classroom. And as consequence, prejudice, discrimination and social exclusion in education goes on.

KEY-WORDS: Teaching training. African descent. Law 10.639/03.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.

BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.). **Levando a Raça a Sério: ações afirmativas e universidade**. Rio De Janeiro: DP&A, 2004, p.140 (Coleção Políticas da Cor).

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. SEF/COEDI. **Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1994.

CANDAU, Vera Maria. (Org.) **Diferenças Culturais e Educação: Construindo Caminhos**. Rio de Janeiro: Letras, 2011.

CANEN, Ana. **Pesquisando Multiculturalismo e Pensando Multiculturalmente sobre pesquisa na formação docente: uma experiência de currículo em ação**. Rio de Janeiro: UFRJ.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate Constitucional Sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima. **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. De 23 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

NINA RODRIGUES, R.N. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1977.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e Desigualdade - Brancos e Negros no Ensino Superior**. Brasília: Líber Livros, 2004, p.65.

RIBEIRO, Matilde. O Brasil Pela Igualdade Racial. In: **Folha de São Paulo**, p. A3,28 de janeiro de 2005,

SILVA, Claudilene. A Construção da Identidade Étnico/Racial de Professoras Negras e os Saberes Mobilizados Nesse Processo. In:SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma. (orgs.)**Educação, Escolarização e Identidade Negra**: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE. Recife: Editora da UFPE, 2010.

Anexo

QUESTIONÁRIO³

IDENTIFICAÇÃO

1.Sexo:

Feminino Masculino

2.Você se identifica de cor:

Branca Parda
 Negra Indígena

3.Nível de formação:

Curso normal de magistério Graduação incompleta
 Graduação completa Pós- graduação incompleta
 Pós- graduação completa

4.Cargo que exerce no espaço escolar:

Professor(a) Supervisor(a) Gestor(a)

5.Se a resposta do item anterior foi professor(a), qual a área do conhecimento em que atua?

Língua portuguesa História
 Ensino religioso Artes

³Questionário desenvolvido como instrumento de coleta de dados para o trabalho de conclusão do curso de pedagogia na UEPB- Campus III- Guarabira- PB. O qual tem como tema a formação docente, cujo título é **A Formação dos Professores do Ensino Fundamental no Município de Guarabira e a Prática da Educação das Relações etnicorraciais**. Desenvolvido por Jackeline Santos Oliveira de Souza e orientado pelo Prof^o Dr. Waldeci Ferreira Chagas (UEPB/DH).

6.A formação em serviço é uma questão discutida atualmente entre os profissionais da educação. Sobre ela, responda:

6.1.Nos últimos três anos você participou de alguma formação em serviço que discutiu a lei 10.639/03 que obriga as escolas à implementar em seu currículo a história e cultura afrobrasileira e africana?

- a)Sim, mais de duas vezes;
- b)Sim, duas vezes;
- c)Sim, apenas uma vez;
- d)Não, nunca participei.

6.2.Em caso positivo, na questão anterior, que órgão promoveu essa formação?

- a)Prefeitura municipal;
- b)Governo do estado;
- c)Governo federal;
- d)universidades.

6.3.Em caso negativo, na questão anterior, porque não participou?

- a)O município não oferece formação nesta área de estudo;
- b)O município oferece, mas não tenho interesse;
- c)O município oferece, mas não tenho tempo disponível;
- d)Outros motivos.

7.Enquanto profissional da educação, você concorda que com o estudo da história e cultura afrobrasileira e africana nas salas de aula os alunos possam dissimular o preconceito em torno dos negros construído ao longo da nossa história? Justifique sua resposta.

8.Qual a sua visão sobre a implementação da história e cultura afrobrasileira e africana no currículo escolar?

9.Você já desenvolveu alguma ação que utilizou como foco a história e cultura afrobrasileira e africana nesta escola? Em caso positivo, qual foi a metodologia utilizada.